

Carta ao Leitor

A introdução das chamadas novas tecnologias vem causando um impacto considerável, de proporções ainda não totalmente conhecidas, na história mais recente do Brasil. E tem dado lugar a um acirrado debate sobre sua adequação a nossa realidade. Tal debate é a manifestação atual de uma questão mais ampla que há muito incomoda as sociedades capitalistas de industrialização tardia: a de saber até onde seguir a trilha dos países já desenvolvidos e até onde buscar caminhos próprios. Esta questão é crucial, não só do ponto de vista técnico mas também e principalmente do ponto de vista político, e seu encaminhamento terá influência decisiva na definição dos contornos de nossa sociedade presente e futura.

Por isso, a RAE fez do tema das tecnologias novas e alternativas o núcleo desta edição. Não existe a pretensão de esgotar o assunto nem de dar conta de todo o leque de posturas que o envolvem, mas sim a de apresentar alguns aspectos, de cujo conhecimento os administradores não se podem furtar.

O artigo de J.C. Peliano trata das negociações trabalhistas face à introdução de novas tecnologias, no contexto do Brasil pós-Constituinte. Examina as reivindicações trabalhistas, as reações do empresariado e a maneira pela qual o Estado vem tentando regulamentar a questão. Mostra os pontos de convergência e de conflito de interesses entre eles e as perspectivas que se abrem para negociações futuras.

O texto de Ricardo Neder é um estudo mais localizado, feito entre operários paulistas, e complementa o trabalho de Peliano ao buscar as matrizes das posturas dos trabalhadores industriais em relação às novas tecnologias no grau de informação e nas formas de percepção que têm sobre elas.

J.C. Barbieri discute a problemática dos sistemas tecnológicos "novos" e alternativos — em um artigo que certamente causará polêmica — e sua adequabilidade às necessidades e limitações de países como o Brasil.

Finalmente, C.P. Rosa tenta estabelecer distinções, a seu ver significativas, no interior de um conjunto de propostas aparentemente semelhantes, que se apresentam sob o rótulo de tecnologia apropriada.

Mas esta edição da RAE tem muito mais a oferecer. Da Alemanha nos chega a colaboração de C.T. Ebenroth, que analisa as atuais dificuldades do comércio internacional e as limitações das instituições criadas para regulamentá-lo, a partir dos impasses criados pela convivência entre uma economia cada vez mais internacionalizada e uma ordem política que permanece dominada por Estados e interesses nacionais.

O comentário de J.A. Monteiro sobre a questão racial na administração de recursos humanos também merece toda a atenção do leitor.

A pesquisa bibliográfica ensina, a quem não está familiarizado com a *análise de sensibilidade*, como ela surgiu e no que consiste; dá um exemplo detalhado de sua utilização e explica como ela pode ajudar o administrador a avaliar melhor o risco e as perspectivas de rentabilidade de um investimento.

Não se deve esquecer, tampouco, das resenhas nem do informativo sobre livros e teses, para ver o que há de interessante nos novos lançamentos. E o índice da RAE de 1988 já está pronto também!

A RAE traz ainda duas inovações, a partir desta edição.

A primeira é a inauguração da seção de *Cartas à Redação*. A abertura de um canal para que o leitor se manifeste tem por objetivo não só estimular a circulação das idéias, mas também aumentar a sintonia entre a RAE e seu público, de modo a poder servi-lo cada vez melhor.

A segunda novidade é a publicação de normas e parâmetros mais precisos para orientar os interessados em enviar textos para publicação na RAE. O objetivo é agilizar o processo de seleção e preparação de originais, que redundará em benefícios para autor e leitor. Pedimos a atenção dos eventuais colaboradores com relação a essas normas.

Bem, por hoje é só. Bom proveito!

Gisela T. Goldenstein
Redatora-Chefe da RAE